



MASCULINIDADE NA POLÍCIA MILITAR: COM A PALAVRA OS HOMENS

Jonas Henrique de Oliveira¹

Introdução

Este trabalho busca analisar as representações e práticas sociais de um grupo de policiais militares que atuam na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e que foram entrevistados para a pesquisa de campo em Antropologia² no PPGSA-IFCS-UFRJ. Em minha perspectiva de análise busco compreender as construções sociais associadas à masculinidade, assim como a relação entre os policiais e as policiais dentro da instituição. A análise está ancorada em uma perspectiva antropológica e, por isso, estou interessado em compreender os significados que os policiais atribuem as suas ações, assim como aspectos da chamada “violência policial³” ainda pouco examinada pelas Ciências Sociais.

Desde já é possível afirmar que os policiais utilizam a noção de violência a partir de seus próprios interesses. Deste modo, a violência é utilizada, na maioria dos casos, para descrever a ação de bandidos que atuam nos morros e favelas cariocas e que, segundo os policiais, disseminam o terror pela cidade, propagando os sentimentos de medo e insegurança na população. Aos policiais cabe a função de neutralizar o tráfico de drogas, ou seja, impera a luta dos “mocinhos do bem” contra os “bandidos do mal”.

O grupo estudado pertence às camadas populares urbanas e, portanto, sua visão de mundo encontra-se em sintonia com grupos possuidores de menor capital cultural e econômico. Em sua maioria, residem nas Zonas Norte e Oeste da cidade que são áreas socialmente desvalorizadas. Todos os entrevistados possuem o ensino médio completo e destes apenas um praça havia concluído o curso superior, enquanto os oficiais tinham concluído o curso superior já que a conclusão do Curso de Formação de Oficiais (CFO) equivale a um curso superior. Entre os praças, mais da metade havia iniciado um curso superior e, como disse anteriormente, apenas um o havia concluído. A justificativa utilizada para a interrupção dos cursos devia-se “a rotina pesada dentro da polícia”.

¹ Doutorando em Antropologia pelo PPGSA da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor assistente da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

² Este trabalho é resultado da pesquisa de campo realizada entre 2007 e 2009 com vinte policiais militares da PMERJ para a realização da minha tese de doutoramento que tem por objetivo compreender os significados das ações policiais, tendo como perspectiva de análise as representações relacionadas à masculinidade e a violência policial.

³ Utilizo a noção de violência policial aqui levando em consideração não apenas o aspecto físico da violência policial e, portanto, o mais perceptível, mas também a própria noção de violência simbólica praticada pelos policiais em suas atividades de patrulhamento.



Na ocasião da pesquisa, apenas um entrevistado era solteiro. Em relação à cor dos entrevistados é possível afirmar que havia igualdade racial, apesar de uma leve predominância para os brancos. Sansone (2002:518) constatara que: “historicamente, a PM tem sido um veículo importante de mobilidade social para os afro-brasileiros, do mesmo modo que vários outros tipos de empregos de uniforme”. De fato, a PMERJ é um importante veículo de mobilidade social, mas ela também reproduz a hierarquia social existente na sociedade mais ampla à medida que a maior parte dos afrodescendentes está entre os praças.

No Brasil, os estudos relacionados à polícia ou a masculinidade ainda são desprezados pelos cientistas sociais e são poucos os adeptos destes campos de estudo. Ainda são poucos os trabalhos onde é possível estabelecer uma comparação enriquecedora para os que se propõem estudar tais campos. Para mim, esse desinteresse pelo estudo da masculinidade e da violência tem como causa principal o fato destes serem considerados de menor relevância dentro das Ciências Sociais.

Apesar disso, a produção sobre masculinidade e violência vem ganhando interesse cada vez maior e já não se pode mais ignorar a relevância deste campo de conhecimento. Os autores que se dedicam a compreender o conceito de masculinidade buscam explicar os fatores que explicam a lógica de pensamento comum aos homens nas diferentes sociedades e até que ponto é possível falar em uma construção da masculinidade ou em estilos de masculinidade.

Na PMERJ o tema da masculinidade pode ser considerado um tabu e, no início da pesquisa, tive uma enorme dificuldade em desenvolver tal tema com os entrevistados. Parecia que nenhum deles jamais havia sequer pensado sobre tal conceito ou mesmo sobre o significado de ser homem. É interessante notar que ser homem está associado a desempenhar um papel de acordo com o esperado pela sociedade. Os policiais associaram o significado de ser homem ao de ser responsável, ser líder, ser um bom chefe de família, ter caráter, cumprir as obrigações, desempenhar um papel na sociedade ou ainda “ser o cabeça da casa”. A masculinidade entre os policiais constituiu-se de tal forma que se tornou inquestionável. Bourdieu (2005:18) analisando a sociedade Cabila e ampliando a lógica cultural deste povo para compreender as práticas ocidentais afirma: a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção; a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la.



Entre os policiais militares a noção de masculinidade encontra-se extremamente cristalizada. Para ser policial é necessário ser “homem de verdade”, pois apenas estes conseguem suportar a dura rotina das atividades relacionadas ao policiamento ostensivo. Na polícia busca-se separar simbolicamente o “universo masculino” do “universo feminino”. Assim, os homens vivem em um universo homosocial, onde os valores masculinos são reproduzidos dia-a-dia. Não há dúvida que ser policial no Rio de Janeiro é algo extremamente perigoso e não é para qualquer um. Deste modo, os valores associados ao masculino são produzidos, reproduzidos e disseminados pela instituição policial para todos aqueles que a ela pertencem. É curioso notar que os policiais não se dão conta o quanto compartilham valores associados a uma “lógica masculina”.

Apesar do perigo, ser policial, para muitos, é uma paixão e a polícia é a “segunda pele” e uma profissão que “está no sangue”. Deste modo os policiais justificam seu interesse e permanência na Polícia Militar. Natureza e cultura. Essa oposição surgiu inúmeras vezes na pesquisa e, ao que tudo indica, a natureza humana é utilizada para explicar as ações dos policiais e sua maneira específica de combate à criminalidade. Destarte, afirmam que são policiais vinte e quatro horas por dia.

Todos nós sabemos que não se nasce homem, mas torna-se homem de acordo com o modelo socialmente disponível nas diferentes culturas. Esse aprendizado normalmente é transmitido das gerações adultas para as gerações mais novas e, se o processo não for bem concluído, corre-se o risco da identidade social do indivíduo ficar contaminada. Na polícia militar os valores associados à masculinidade são trazidos a tona constantemente. Badinter (1993:21) ao problematizar a identidade masculina nos EUA observa que:

Futebol e beisebol tornam-se muito populares, provavelmente porque, como observava um jornalista em 1909, “o campo de futebol (esporte particularmente violento) é o único lugar onde a supremacia masculina é incontestável”. Com o mesmo objetivo, adota-se a instituição do escotismo, que tem como objetivos “salvar os meninos da podridão da civilização urbana” e formar crianças másculas, homens viris.

Na PMERJ impera a lógica da dominação masculina onde se busca separar o universo masculino do feminino. Os policiais fazem um enorme esforço para que as características associadas à feminilidade sejam extirpadas de suas vidas cotidianas. Assim, valorizam-se os que são mais fortes, aqueles que têm disposição para enfrentar a criminalidade, os viris, os parceiros etc.

Entre os policiais os que “caem para a guerra” garantem um enorme respeito por parte de seus pares. O respeito é adquirido por aquele policial que demonstra ter disposição para enfrentar a criminalidade. Segundo alguns policiais, colocar o nome em jogo - ganhar visibilidade - é importante justamente porque além do reconhecimento e do prestígio, outras recompensas podem surgir. Um entrevistado afirmou que muitos milicianos construíram o nome no período em que



estavam na ativa e, após a expulsão, entrar para a milícia é uma maneira de continuar levando alguma vantagem em cima do nome que construíram. Colocar o nome em jogo é importante para ser reconhecido como “um cara sinistro” que todos devem respeitar.

Desde o início da atividade de policiamento, muitos policiais não vêem a hora de “ir para guerra”, pois isso significa o rito de passagem do “mundo civil” para o “mundo militar”. Ao menos “ir para a guerra” é o que o neófito mais imagina que irá realizar dentro da polícia. Talvez, isso explique a frustração que muitos sentem quando descobrem que as atividades policiais não se restringem a “troca de tiros” com traficantes nas favelas, mas pode se restringir a práticas burocráticas e sem a adrenalina que imaginaram encontrar na atividade policial. A adrenalina é outro componente importante no imaginário dos policiais mais novos. Não há dúvida que na atividade de policiamento experimenta-se uma dose significativa de adrenalina e muitos jovens policiais escolhem essa atividade para experimentar níveis cada vez mais altos de adrenalina.

Uma das minhas entrevistadas relatou que já viu policiais médicos escolherem ir para as favelas em incursões policiais somente para aumentar ou experimentar a adrenalina. Em princípio esses policiais não teriam necessidade de combater a criminalidade nas favelas, mas torcem para acontecer alguma incursão para que possam ir voluntariamente. Na opinião desta entrevistada, essa é uma diferença significativa entre os policiais e as policiais. Os policiais agem muitas vezes sem pensar e, por isso mesmo, muitos morrem. As policiais são mais cautelosas e, por isso, a possibilidade de morrer uma mulher em confronto com os traficantes é muito menor. Os policiais contestam essa versão afirmando que só não morre muitas Pfems nos confrontos porque o efetivo das policiais é muito menor que o dos homens.

Na percepção dos policiais as Pfems não deveriam desempenhar atividades relacionadas ao patrulhamento ostensivo, pois estas costumam “colar as placas” nesses momentos, assim como acreditam que a sociedade não está preparada para ver mulher morrendo nos confrontos. Podemos dizer que eles operam a partir de uma lógica particular comum ao universo daqueles que trabalham mais diretamente no combate a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. Opondo masculinidade a feminilidade, muitos policiais acreditam que as mulheres não estão preparadas para combater a criminalidade que se encontra nos morros e favelas cariocas, sendo que essa atividade deve ser desempenhada pelos “homens de verdade”.

As praças carregam um estigma do qual dificilmente podem se livrar. Muitas são confundidas com putas ou “aquelas que perdem para os oficiais”. Alguns entrevistados manifestaram essa opinião afirmando que as mulheres que entram na PM também buscam “se dar



bem”. A maneira que elas utilizam para isso é se aproveitando de sua condição feminina. Para estes, as mulheres utilizam charme e sedução quando querem levar algum tipo de vantagem. O alvo das mulheres são os oficiais, pois estes podem livrá-las de serviços pesados ou mesmo conseguir uma promoção.

Por outro lado, o oficial de maior patente normalmente escolhe a Pfem mais “bonita e gostosa” para trabalhar com ele e que, por suas características físicas, é objeto de desejo dentro do batalhão. Deste modo, quando o oficial conquista a Pfem desejada por todos, demonstra que além de superior hierárquico também é superior como homem. Podemos afirmar que existe uma espécie de competição entre os policiais, onde as policiais são disputadas como troféus. Alvito (2001:145) já havia observado a importância das mulheres para a disputa das masculinidades. Em relação aos líderes comunitários da favela de Acari o autor afirma:

À semelhança dos traficantes, os líderes comunitários são reprodutores, vêm-se como machos viris e ferreis. São chefes, e a posse de mulheres (em sentido amplo) sempre foi um dos símbolos mais caros ao poder. Qual a necessidade de ‘transar’ em uma festa coletiva? Ao fazer questão de me lembrar daquele episódio, o referido presidente deixou claro que se orgulhava mais da ‘publicidade’ do que do ato em si. Fora quase uma cópula ritual, uma exibição dos atributos de um chefe, afirmação explícita da hierarquia, parte do teatro do poder.

A polícia é uma instituição que concentra bastante poder, sobretudo porque os policiais são o “braço armado do estado” e isso possibilita a decisão sobre a vida e a morte de outros em determinadas situações. Weber (2002:56) em seu famoso texto *A política como vocação*, afirmou que o Estado possui a “monopólio do uso legítimo da força física” dentro de determinado território e a polícia é a instituição que possui autorização legítima para matar. Os policiais militares sabem muito bem o poder que possuem.

Aliado a esse monopólio e ao poder legítimo que os policiais possuem, não podemos deixar de lado a dominação como um aspecto muito comum quando pensamos nas ações dos policiais. Não estou me referindo a uma dominação qualquer, mas a uma dominação masculina que amplia sobre a cidade, sobre as pessoas, enfim, sobre a sociedade em geral, um olhar masculino que impõe uma dominação não mais exclusivamente ancorada na classe social dos indivíduos, mas uma dominação com base nas relações de gênero presentes nas sociedades.

A dominação masculina atua de tal modo que ela não precisa ser justificada e penetra nas orientações cognitivas dos diferentes grupos sociais. Contudo, essa dominação é fruto de uma construção e reconstrução que vem do seio da própria sociedade. No processo de construção social da masculinidade, os policiais são produto e produtores, uma vez que contribuem para ampliar os diferentes estilos de masculinidade que coexistem na atualidade.



Os cientistas sociais não chegaram a um consenso quando buscam definir o conceito de masculinidade. Para muitos, a masculinidade pode ser compreendida a partir da noção de papéis sociais, ou seja, ser homem ou mulher seria apenas papéis que os indivíduos foram ensinados a desempenhar. Outros tratam a masculinidade como categoria oposta à feminilidade e assim associam a masculinidade como tudo aquilo que trata do “mundo dos homens” em oposição à feminilidade que seria aquilo que trata do “mundo das mulheres”. Outros ainda abordam a masculinidade como um fenômeno em crise, pois na história da humanidade nunca os homens tiveram tanto que justificar e redefinir seus papéis quanto nesse período de pós-modernidade e, se isso ocorre, só pode ser devido a uma crise da masculinidade que se instaurou.

Connell (1995:188), um dos autores mais respeitados neste campo, define masculinidade como: “uma configuração de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar em “masculinidades”. Existe um perigo, nesse uso, de que possamos pensar no gênero simplesmente como um *pout-pourri* de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo. Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas”.

Kimmel (1998) chama a atenção para importância das masculinidades hegemônicas e subalternas para pensarmos a produção da masculinidade no ocidente. Segundo ele, os significados de masculinidade variam de cultura a cultura, variam em diferentes períodos históricos, variam entre homens em meio a uma só cultura e variam no curso de uma vida. Nesse sentido, devemos falar em masculinidades, reconhecendo as diferentes definições de hombridade que construímos. Ao usar o termo no plural, nós reconhecemos que masculinidade significa coisas diferentes para diferentes grupos de homens em diferentes momentos.

É justamente no sentido atribuído por Kimmel que devemos compreender a masculinidade entre os policiais. Não seriam os policiais um modelo de masculinidade hegemônica? A masculinidade fornece os pressupostos ideológicos com os quais os policiais organizam as suas ações. Quando pensamos em masculinidade, estamos na verdade buscando compreender quanto e como e até que ponto a relação entre homens e mulheres está estruturada em práticas construídas socialmente, imputando uma “lógica masculina” e, por conseguinte, uma dominação masculina não apenas sobre as mulheres, mas sobre toda a construção simbólica que constitui as representações sociais e as ações coletivas.



Badinter (1993:117) dá uma importante contribuição sobre o significado de ser homem ao afirmar: ser homem significa não ser feminino; não ser homossexual; não ser dócil, dependente ou submisso; não ser efeminado na aparência física ou nos gestos; não ter relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; não ser impotente com as mulheres.

Sabino (2002:139), estudando um grupo de homens e mulheres denominados marombeiros, afirma que “estes utilizam de drogas (esteróides anabolizantes) que poderiam ser denominadas *drogas masculinizantes*, já que são constituídas, em geral, por hormônios masculinos sintéticos e, portanto, virilizantes (andrógenos), que proporcionam não apenas a aquisição de músculos acima da média, mas também o surgimento de pêlos por todo o corpo, além de engrossar a voz de seus usuários frequentes”.

A dimensão corporal também é de profunda importância para a compreensão da masculinidade entre os policiais. Muitos que são socialmente classificados como magros e franzinos são inseridos na categoria daqueles que “não tem disposição”, enquanto os mais fortes são considerados aqueles que mais têm “disposição”. Essa construção arbitrária apesar de não ser evidenciada na prática norteia as representações associadas à masculinidade, pois quanto mais disposição mais homem e mais macho. Muitos policiais concordam que uma pessoa magra e franzina que “ninguém dá nada por ela” pode ter mais disposição do que alguém forte e viril. Mesmo assim, prevalece no imaginário dos policiais a noção de um corpo forte e musculoso com um ideal viril de masculinidade.

Para ser socialmente reconhecido como “alguém com disposição” é necessário construir um corpo de acordo com o modelo que está associado à disposição. A diferença entre os corpos dos policiais que ficam nos batalhões e daqueles que exercem atividades de policiamento ostensivo é notória. Existe no imaginário dos policiais que aqueles que exercem as funções administrativas não estão preparados para a “guerra das ruas” que a polícia precisa travar diariamente. Esse corpo idealizado também varia entre as diferentes gerações dentro da polícia.

Dutra (2002:360) analisando a relação entre moda e masculinidade observa que “masculinidade e corpo são socialmente construídos. Para cada sociedade, um ideal de masculinidade. Para cada sociedade um Corpo. E, por que não dizer, para cada sociedade um ideal de masculinidade e para cada ideal de masculinidade corpo, estabelecendo, assim, algum grau de correlação entre as identidades de gênero e de corpos.

Outra oposição bastante comum ocorre em relação aos policiais “mais novos” e os policiais “mais velhos”. Se os policiais mais velhos não possuem um corpo do qual possam se orgulhar, pois



são lembrados pelo que não têm: vigor físico, força, agilidade, virilidade dos jovens, é comum eles se vangloriarem de terem passado por situações e adquirido uma experiência que muitos jovens não viverão para contar.

Ou seja, uma disputa de representações faz parte das relações entre os policiais, onde o que está em jogo é qual é o melhor representante da polícia, se o mais jovem com vigor, agilidade, inexperiência e acima de tudo disposição para combater o crime ou o policial mais velho, sábio, experiente e para o qual a frase “macaco velho não põe a mão em cumbuca” faz muito sentido. Mais interessante ainda é observar que “velho” e “novo” são categorias que acusação que os policiais utilizam dependendo da faixa etária que se encontram.

A relação entre os mais velhos e os mais jovens constituem relações de poder entre pares. Os policiais mais velhos acionam a experiência enquanto que os mais novos acionam a virilidade e força como principais atributos. O que os dois grupos fazem, na realidade, é uma disputa de representações sobre qual seria melhor para a polícia.

No universo das representações sociais, dificilmente pensamos em um policial velho e barrigudo enfrentando o crime, todavia, isso não significa que eles não existam. Essas representações podem ser compreendidas através das palavras que utilizamos para nos referirmos aos policiais rotineiramente. Normalmente utilizamos a palavra “armário” para definir aquele policial grande e forte, ou seja, aquele que tem disposição. Os traficantes quando visualizam a chegada da polícia costumam afirmar “os homens estão chegando”. Nessa trama social da vida os “homens” são os que têm disposição e os soldados do tráfico são os que possuem igualmente a disposição para “trocar tiros”. O campo da violência urbana é constituído com regras próprias retiradas de um ambiente predominantemente masculino.

Violência policial: entre a espetacularização e a desconfiança

A Polícia Militar opera com diferentes manifestações e significados associados à violência⁴, poder e hierarquia. Não há como negar que os “assuntos de polícia” estão na ordem do debate atual sobre o papel da polícia, seus mecanismos de controle e sua importância na manutenção da ordem. Nesse sentido, é possível afirmar que os policiais interpretam a “ordem urbana” ou “caos urbano”, como muitos preferem, tendo como referência representações sociais construídas a partir dos mais

⁴ Desde já, cabe esclarecer que estou me referindo à violência física e simbólica. Nesse sentido, busco compreender a violência em seus diferentes significados e manifestações. No entanto, a violência será tratada como uma categoria nativa, ou seja, de acordo com a percepção dos policiais, enquanto atores sociais, sobre o fenômeno da violência.



diversos elementos que vão desde uma percepção particular da violência até mesmo a construção da masculinidade.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro tem sido alvo de duras críticas em relação a sua atuação e aos erros cometidos por policiais⁵ contribuem significativamente para o desgaste em relação ao trabalho policial. Existe uma desconfiança generalizada em relação à atuação policial e essa desconfiança contribui para que se produza uma separação cada vez maior da polícia e da sociedade. Um nós e um eles é construído necessariamente nesse processo inerente as relações entre a polícia e a sociedade na contemporaneidade. Cabe ressaltar que a polícia é uma das instituições que menos possui confiança da sociedade e, em alguns momentos, equipara-se à desconfiança em relação aos políticos.

A violência policial é um problema social que atinge todos os brasileiros direta ou indiretamente e, por isso mesmo, ganha mais atenção dos cientistas sociais, dos meios de comunicação e da sociedade brasileira nas últimas décadas. Basta analisarmos a importância que é dada aos “assuntos de polícia” nos jornais brasileiros de grande circulação. Mais do que nunca, vivemos um processo de “espetacularização da violência” no qual os policiais deixaram de ser coadjuvantes para se tornarem protagonistas. A violência policial é um problema social que preocupa a todos os brasileiros, independente de classe social, do gênero, da cor, do local de moradia ou mesmo da faixa etária.

A espetacularização da “violência policial”, objeto de moeda muito comum na mídia brasileira, eleva os sentimentos de medo e de insegurança na população carioca e de outras cidades brasileiras. Poderíamos perguntar quais são as conseqüências mais visíveis nesse aumento do medo? Apesar deste não ser o objetivo deste trabalho, acredito que é importante ressaltar que a “cultura do medo” alavanca setores importantes da economia brasileira, como por exemplo, a indústria de seguros, as empresas de segurança privada etc. só para se ter uma idéia, no Rio de Janeiro o número de seguranças privados é ligeiramente superior ao número de policiais militares.

Sem dúvida, a ação da Polícia Militar contribui significativamente para o aumento ou decréscimo da violência no Rio de Janeiro, dependendo de sua utilização (repressiva ou humanitária), podemos perceber um aumento ou decréscimo da violência letal na cidade. Nesse sentido, analisar a associação entre masculinidade e violência policial contribui para uma melhor

⁵ Refiro-me a morte do menino João Roberto que teve o carro confundido com o carro que dois policiais perseguiam em uma rua da zona norte carioca e por isso teve o carro metralhado e do caso da engenheira Patrícia Amieiro Franco que encontra-se desaparecida desde junho de 2008 e os principais suspeitos deste desaparecimento são dois policiais militares que patrulhavam próximo ao local onde foi encontrado o veículo da engenheira.



compreensão de uma lógica coletiva de pensamento que está presente na corporação policial. Esse processo obviamente não inicia-se na Polícia Militar, pois está presente desde o início da socialização masculina. Mas na Polícia Militar os valores associados a masculinidade são produzidos, reproduzidos e disseminados pela e para a corporação em geral.

Nos discursos propagados pela mídia é comum à idéia que existe algo na natureza dos policiais que os tornam violentos. Esses discursos propagam uma “essencialização da violência policial”, como se todos os policiais fossem violentos ou mesmo por serem violentos buscam essa profissão para maximizarem a violência. Há uma crença social que somente os homens podem resolver a violência que se generaliza pela sociedade.

Castro (2004:32) em sua pesquisa na Academia Militar das Agulhas Negras coletou um depoimento de um aspirante a oficial que afirmava que “a Academia é lugar para homem, não é lugar para criança nem viadinho. O cara quando vem pra cá tem que virar homem de qualquer maneira. Eu cheguei aqui acostumado a comidinha da mamãe, roupa passada, roupa lavada. Eu cheguei aqui e tive que me virar”.

Este depoimento é particularmente ilustrativo porque na Polícia Militar a crença é semelhante. Muitos policiais afirmam que aprenderam a ser homem na Polícia Militar. De certo modo, acreditam que ali também não é lugar para mulher, mulherzinha ou viadinho. Neste sentido, mulherzinha e viadinho são categorias de acusação utilizada para aqueles policiais que não se comportam de acordo com o esperado ou mesmo funcionam como parâmetros que servem para enfatizar comportamentos rejeitados entre os policiais.

A masculinidade é algo que precisa ser demonstrada e reforçada o tempo todo no universo masculino. Ser homem é construir um conjunto de atributos que só pode ser conseguido quando se demonstra o que não é, por exemplo, fraco, homossexual, mulherzinha, viadinho, medroso etc., todavia, demonstrar que é forte, viril, que tem disposição, que tem poder etc. contribui para uma melhor compreensão dos significados presentes nessa construção social da masculinidade.

Esse reforço da masculinidade e de poder não se restringe a relação entre policiais e traficantes. Nas Forças Armadas também encontramos uma lógica semelhante quando se trata de demonstrar disposição como artifício fundamental para reforçar a masculinidade. Aquele que consegue demonstrar mais disposição para agüentar os pesados exercícios físicos, a fome, as simulações de combate etc. são considerados “homens de verdade” entre os pares e naquele contexto, masculinidade se torna símbolo de prestígio.



Os policiais seguem uma lógica particular no combate à violência e utilizam de uma gramática que lhes é própria. Nesse sentido, o “olhar policial” é orientado a desconfiar de tudo que foge a “regra”. Um desvio de olhar, uma camisa mais solta no corpo, um chinelo arrastado, a maneira de falar, uma camisa sempre da mesma cor, os cabelos pintados, etc. podem ser motivos para acionar a “desconfiança” tão presente no cotidiano policial.

Se no passado fazia todo sentido “desconfiar” predominantemente de jovens, negros e pobres, atualmente a situação não se encontra desta forma. O perfil dos criminosos também não é o mesmo. Homens, brancos e de classe média estão se inserindo cada vez mais em atividades criminosas ou moralmente condenáveis. Um entrevistado afirmou que cada vez mais o tráfico de drogas está “embranquecendo”. Os corpos dos traficantes estão mais brancos. Também é possível afirmar que o perfil dos traficantes mudou. Esses “novos traficantes” vendem, em sua maioria, drogas sintéticas que por serem mais caras são consumidas por um público de maior poder aquisitivo.

Em muitos momentos os policiais sentem que estão “enxugando gelo” e que o trabalho de polícia é impedido de ser realizado por questões políticas. Um policial que entrevistei afirmou que existem favelas no Rio de Janeiro que são “intocáveis”, sinalizando que não podem realizar o policiamento como gostaria nesses locais. Por outro lado se sentem preteridos em relação aos traficantes, pois afirmam que os traficantes/bandidos recebem todo apoio dos Direitos Humanos ao passo que os policiais são pouco assistidos pelos “defensores dos bandidos”.

Os policiais reivindicam auxílio em seu trabalho para que possam realizá-lo da melhor maneira possível. Para eles, não adianta reclamar da atuação policial se não há o devido investimento nesse grupo não só do ponto de vista material, mas, sobretudo humano. Nas representações sociais entre sagrado e profano, os “policiais ordeiros” se encontram do lado sagrado, mas a natureza de sua atividade faz com que estejam ritualmente poluídos em certas situações.



Considerações Finais

Procurei ao longo deste trabalho demonstrar a complexidade da masculinidade na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Muitos elementos devem ser levados em consideração e não é possível em poucas páginas aprofundar satisfatoriamente outros aspectos da cultura policial. Portanto, elegi aqueles mais relevantes para a discussão da masculinidade e da violência policial, assim como os aspectos relacionados a percepção que os policiais compartilham da posição das Pfems dentro da estrutura militar. Além disso, busquei demonstrar que existem questões estruturais nesse processo de construção da masculinidade.

A atividade policial na cidade do Rio de Janeiro é extremamente complexa. Nesse sentido, eles são obrigados a negociar com a realidade que se apresenta de maneiras diferentes dependendo do que está em jogo. Negociar com a realidade significa que os policiais não seguem um modelo padrão. O que eles aprendem nas instruções se choca com o “saber das ruas” que só se aprende através de um longo processo. Muitos policiais se queixam de que não foram preparados para as situações reais quando estão no processo de aprendizagem.

Ainda há muito a ser pesquisado se quisermos compreender mais profundamente as representações dos policiais sobre os mais diferentes assuntos. Para mim, a compreensão da violência urbana passa pela compreensão dos grupos que estão envolvidos em sua produção e reprodução. Os estudos sobre a instituição policial ainda não é tão freqüente pelos cientistas sociais devido a um passado recente que remete a Ditadura Militar. Esse período ainda mexe profundamente com a memória de muitos cientistas sociais e talvez ainda não possam ser lembrados sem maiores prejuízos.

Todavia, acredito que a compreensão da violência urbana passa necessariamente pela compreensão das orientações cognitivas de muitos atores sociais. A compreensão dos policiais é fundamental na explicação da violência. A projeção de um futuro da sociedade passa pela compreensão dos agentes sociais no presente. Só assim poderemos lançar luz sobre feixes de relações sociais que ainda são pouco conhecidas pela sociedade em seu conjunto.

Referências Bibliográficas

- ALVITO, M. **As cores de Acari: uma favela carioca**. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2001
BADINTER, E. **XY: sobre a identidade masculina**. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1993
BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Bertrand Brasil. 4º edição. Tradução Maria Helena Kühner, 2005



- CASTRO, C. **O Espírito Militar: Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004
- DUTRA, J. L. **“Onde você comprou essa roupa tem para homem?”: A construção de masculinidades nos mercados alternativos de moda**. In: Goldenberg, M. (org) Nu & Vestido. Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002
- KIMMEL, M. S. **A Produção Simultânea das Masculinidades Hegemônicas e Subalternas**. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 360 Outubro de 1998.
- MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999
- SABINO, C. **Anabolizantes: Drogas de Apolo**. In: Goldenberg, M. (org) Nu & Vestido. Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002
- SANSONE, L. **Fugindo para a força: cultura corporativista e “cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, n°3, 2002, pp. 513 – 532
- WEBER, M. **A Política como Vocação**. Ensaios de Sociologia. 5ª Edição. Rio de Janeiro. LTC Editora, 2002